



ACÓRDÃO Nº1223/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11591/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Hospital de Isolamento Chapô Prevoist
- 4- **Responsável:** Sandra Lúcia Loureiro de Queiroz Lima (Ordenador de Despesa)
- 5- **Exercício:** 2018
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7185/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital de Isolamento Chapô Prevoist. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Inabilitado. Ciência. Encaminhamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Sra.Sandra Lúcia Loureiro de Queiroz Lima, Diretora-Geral do Hospital de Isolamento Chapô Prevoist, exercício de 2018, nos termos do art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei AM nº 2.423/1996 c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea “b”, todos da Resolução TCE nº 04/2002, pelo cometimento de graves infrações às normas legais e regulamentares, quais sejam, fracionamento de despesas, divergência entre o Inventário de Bens Patrimoniais e o Balanço Patrimonial, ausência de perfeita caracterização no Inventário de Bens Patrimoniais, divergência entre o Inventário de Bens de Estoque e o Balanço Patrimonial, ausência de Assinatura de Profissional Habilitado em Contabilidade nos demonstrativos contábeis apresentados na Prestação de Contas Anuais e atraso no envio dos balancetes mensais;
- 10.2. **Aplicar Multa** a Sra. Sandra Lúcia Loureiro de Queiroz Lima no valor de R\$ 20.000,00, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo



ACÓRDÃO Nº1223/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 54, inciso II da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 308, inciso VI do RI-TCE/AM, pelo cometimento de graves infrações às normas legais ou regulamentares, devido as seguintes impropriedades: fracionamento de despesas, divergência entre o Inventário de Bens Patrimoniais e o Balanço Patrimonial, ausência de perfeita caracterização no Inventário de Bens Patrimoniais, divergência entre o Inventário de Bens de Estoque e o Balanço Patrimonial e ausência de Assinatura de Profissional Habilitado em Contabilidade nos demonstrativos Financeiros apresentados na Prestação de Contas Anuais.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa** à Sra. Sandra Lúcia Loureiro de Queiroz Lima no valor de R\$ 5.120,40, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 54, inciso IV da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 308, inciso I, alínea "a", do RI-TCE/AM, pelo atraso no envio dos balancetes mensais.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Inabilitar** a Sra. Sandra Lúcia Loureiro de Queiroz Lima por cinco anos para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança dos órgãos da administração estadual, nos termos do art. 56 da Lei Estadual nº 2.423/1996.

- 10.5. Dar ciência** a Sra. Sandra Lúcia Loureiro de Queiroz Lima da presente decisão;

- 10.6. Encaminhar** cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Amazonas, para as providências que entender cabíveis.



ACÓRDÃO Nº1223/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Novembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral